



Brasil Kirin Holding S.A.

CNPJ nº 08.265.794/0001-27



Relatório da Administração

A Administração da Brasil Kirin, em conformidade com as disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de Dezembro de 2016, acompanhada do parecer dos Auditores Independentes, assim como de um sumário das principais atividades do Grupo ao longo do ano. Os comentários aqui apresentados são relativos aos resultados consolidados e refletem a estrutura societária da Brasil Kirin para o período encerrado de data previamente mencionada.

MENSAGEM DOS ADMINISTRADORES

Compartilhamos os resultados da operação da Brasil Kirin em 2016. Diante de um cenário econômico desafiador e da retração do mercado de bebidas, a Brasil Kirin encerrou o ano com conquistas expressivas. Revertemos o prejuízo de quase R\$ 1 bilhão de 2015 em um lucro líquido de R\$ 271 milhões. Enquanto o mercado registrou queda de 4,8% na produção de cervejas e 9,0% em refrigerantes, segundo a Nielsen, a Brasil Kirin cresceu 1,3% em cervejas e 7,4% em refrigerantes. Isso foi possível por meio de estratégias que focaram em iniciativas de crescimento no mercado, melhoria de custos e eficiência operacional, tendo como principais desafios:

- **Crescimento Rentável:** Através da estratégia de marcas com foco regional gerando maior eficiência dos investimentos e "premiunização" do portfólio com crescimento das marcas Eisenbahn, Baden e Devassa.
- **Tornar o Companhia mais eficiente em custos e despesas:** Para isso, implantamos, mesmo projeto de melhorias de custos de R\$200 milhões. Através das iniciativas deste projeto nas áreas industriais, logística e administrativas, alcançamos uma economia superior a R\$83 milhões à meta inicialmente estabelecida.
- **Melhorar a taxa de ocupação de Ativos:** Diante deste objetivo, olhamos para toda nossa estrutura a fim de torná-la mais eficiente. A venda da unidade fabril Cachaieiras de Macacu (RJ) foi fruto desta avaliação. Além disso, os bons resultados mostram que a revisão da estratégia de portfólio e o reposicionamento das marcas estão sendo bem sucedidos. Em 2016, relançamos a Devassa, uma cerveja com líquido puro malte, embalagem premium e excelente custo x benefício para o consumidor. Como resultado, a marca cresceu duplo digito em um setor que registra recuo. A estratégia de "premiunização", como o lançamento de Eisenbahn Pilsen na versão 600ml e lata, aumentou a nossa presença no mercado e contribuiu, juntamente com o bom desempenho das cervejas especiais - Baden Baden e Kirin Ichiban - para o crescimento de triplo digito em 2016.

Na categoria de não alcoólicos, destaque para Itubaína, que se consolidou como a terceira principal marca de refrigerante em São Paulo e registrou recordes históricos de vendas. Os refrigerantes Viva Schin, com novo posicionamento voltado para o consumo em família e o volume registrado pelo Sistema de Produção de Bebidas (SIOBE) para toda a indústria apontam uma queda na produção de 1,98% em cervejas e 6,02% em refrigerantes, base Novembro/2016 (conforme Auto Declaratório ADE/VS16 a partir de 13/12/2016 a utilização do sistema SIOBE fica desobrigada), reflexo da situação econômica do país. Ao contrário do setor, que vem apresentando queda de produção, nós crescemos em volume de cervejas, refrigerantes e em participação de mercado. O volume de vendas registrou crescimento de 3,5% em comparação a 2015, confirmando a consistência de nosso plano estratégico executado com extrema disciplina.

DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO EM 2016

O desempenho operacional da Companhia em 2016 ainda foi impactado pela desestabilização da economia e suas consequências. No mercado de bebidas, o volume registrado pelo Sistema de Produção de Bebidas (SIOBE) para toda a indústria apontou uma queda na produção de 1,98% em cervejas e 6,02% em refrigerantes, base Novembro/2016 (conforme Auto Declaratório ADE/VS16 a partir de 13/12/2016 a utilização do sistema SIOBE fica desobrigada), reflexo da situação econômica do país.

Reculta Bruta (ROB) e Receita Operacional Líquida (ROL): A Brasil Kirin encerrou o ano gerando uma Reculta Bruta de R\$ 7,3 bilhões, aumento de 9,2% em relação a 2015. A Receita Líquida totalizou R\$ 3,7 bilhões, um aumento de 5,5% na comparação ao ano anterior. A Brasil Kirin apurou no aprimoramento R\$ 3,4 bilhões em Impostos sobre Vendas, tanto próprios quanto referentes à antecipação de impostos devidos por clientes e consumidores, sob sua responsabilidade ("substituição tributária").

Custo dos Produtos Vendidos (CPV): Impactado pela alta das commodities e pelo hedge cambial desfavorável, os custos de produção por hectolitro subiram 7,64%, totalizando R\$ 2,5 bilhões.

Balanco patrimonial

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	748	18	271.171	234.130
Contas a receber	8	—	—	705.721	544.138
Estoques	9	—	—	406.237	597.052
Impostos e contribuições a recuperar	10	—	—	53.009	56.514
Imposto de renda e contribuição social	11	—	—	5.264	11.067
Instrumentos financeiros derivativos	23	—	—	10.904	56.929
Despesas antecipadas	—	94	33	58.173	44.559
Demais contas a receber	8.d	—	2	390.724	22.999
Ativos mantidos para venda	—	—	—	314	314
Total do ativo circulante	—	842	53	1.901.517	1.567.702
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber	8	—	—	5.007	51.620
Impostos e contribuições a recuperar	10	—	—	139.634	154.398
Imposto de renda e contribuição social	11	1	6	14.852	14.788
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.c	—	—	2.383	141
Depósitos judiciais	14	14	—	533.060	224.578
Demais contas a receber	8.d	—	—	96.769	38.174
Total do realizável a longo prazo	—	15	6	791.705	483.699
Investimentos em controladas	15.b	1.544.852	1.354.534	—	—
Outros investimentos	—	—	—	10	14
Imobilizado	16	—	—	2.844.690	3.161.140
Intangível	17	—	—	304.856	331.651
	—	1.544.852	1.354.534	3.149.556	3.492.805
Total do ativo não circulante	—	1.544.852	1.354.534	3.941.251	3.976.504
Total do Ativo	—	1.545.709	1.354.593	5.842.778	5.544.206

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Despesas com Vendas e Marketing:

Ao longo de 2016, a Brasil Kirin continuou investindo fortemente nas suas principais marcas. Em alcoólicos, a Companhia lançou a Devassa, apresentando um novo posicionamento, nova campanha, novo líquido (Puro Malte Tropical) e novas embalagens. Com Schin, o trabalho foi direcionado para a construção de imagem por meio de campanhas de mídia e de fortes atividades nas regiões focu. A marca também esteve presente em importantes eventos como Planeta Atlântida, Carnaval, São João e Oktoberfest (patrocinado oficialmente pela Eisenbahn).

Na categoria de cervejas especiais, o grande destaque foi a Eisenbahn. Com as opções de embalagem 600ml e lata *sleek* 350ml, mantendo o sabor original, a marca teve uma expansão significativa para todo o país, contribuindo positivamente com o resultado da Empresa. Também lançamos a Fleicheira, cerveja de estilo Irish Red Ale, vencedora do 6º Concurso Mestre Cervejeiro, além da edição limitada Baden Baden 5 Grãos e da versão em lata *sleek* 350ml de Kirin Ichiban.

Em não alcoólicos, complementamos o portfólio de Viva Schin com o refrigerante Viva Schin POP, uma versão diferenciada de guaraná, disponível somente no Maranhão e no Piauí; intensificamos a parceria com a Xuxa, embaixadora da marca, e lançamos latas colecionáveis em todo o país, no sabor guaraná, inspiradas nas diferentes fases da apresentadora. A marca também manteve a plataforma de futebol com o patrocínio ao Ituano e à Ponte Preta. Outro destaque na categoria foi Itubaína, que ganhou em 2016 a sua primeira campanha na TV aberta, além de ter feito atrações inovadoras para o Dia das Crianças e, por meio da plataforma "Brincando na Rua", ofereceu um espaço interativo para adultos com brinquedos e brincadeiras nostálgicas. A Brasil Kirin lançou ainda sua marca própria de energética, K Energy Drink, nas embalagens PET de 500ml e 2L.

Apesar do intenso ambiente competitivo de preço, buscamos responder aos movimentos do mercado de forma estratégica, nos adaptando às demandas de curto prazo. Ao mesmo tempo, sustentamos nossa visão no longo prazo com o foco na construção de imagem de marcas por meio de:

- Atividades voltadas ao consumidor e eventos que geram experiência de marca;
- Investimento em ativos no mercado;
- Investimentos de médio e longo prazo, voltados para desenvolvimento das marcas - reposicionamento de Devassa; expansão de atuação de Eisenbahn; regionalização dos investimentos de Schin; eventos de construção de marca; além de propaganda.

Despesas Gerais, Administrativas e com Vendas:

A rubrica Despesas Gerais, Administrativas e com Vendas apresentou redução de R\$ 101 milhões, uma diminuição de 5,1% em relação a 2015. Tal recuo é uma das iniciativas do projeto de redução de custos/despesas, visando tornar a Companhia mais eficiente.

Recultas e Despesas Operacionais:

Em 2016, a Brasil Kirin apresentou um lucro líquido de R\$ 748 milhões em outras receitas operacionais. Esse aumento é reflexo principalmente de eventos extraordinários ocorridos neste ano, sendo o mais relevante, a venda da Unidade de Cachaieiras de Macacu - RJ.

Resultado operacional antes das receitas (despesas) financeiras e impostos:

O lucro operacional foi de R\$ 352 milhões, após um prejuízo operacional de R\$ 431 milhões em 2015.

Resultado Financeiro líquido:

O resultado financeiro mostrou uma melhora em relação ao ano anterior de R\$ 27 milhões, impactado principalmente pela variação cambial passiva.

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos:

Ao contrário de 2015, tivemos em 2016 uma reversão de imposto de renda e contribuição social diferidos em função da venda da unidade de Cachaieiras de Macacu - RJ.

Resultado do Exercício:

A Brasil Kirin apurou um lucro líquido de R\$ 271 milhões frente a um prejuízo líquido de R\$ 998 milhões em 2015.

DESENVOLVIMENTO HUMANO E ORGANIZACIONAL

A Brasil Kirin busca profissionais alinhados aos seus valores que, em 2016, passaram por uma ressignificação para refletir a nova cultura da Empresa. Além disso oferece um caminho rico em oportunidades de aprendizado e crescimento e proporciona um ambiente saudável e agradável, tanto para o desenvolvimento profissional quanto pessoal, em todas as suas unidades. A Empresa investe em treinamentos e capacitações para todos os seus funcionários. Em 2016, foram mais de 500 mil horas de treinamento - uma média de 45,1 horas por funcionário. O conteúdo de aprendizagem é disponibilizado na Academia Brasil Kirin e está dividido em quatro etapas: Integração Institucional, Integração Funcional, Treinamentos Obrigatórios e Trilha de Aprendizagem. A Empresa também possui programas e treinamentos internos, externos e parcerias com universidades, instituições e escolas de idiomas. Em 2016, a Academia Brasil Kirin inovou e lançou um aplicativo de celular para que funcionários e revendedores tenham acesso a todos os conteúdos de treinamentos com mais facilidade.

O ano também foi importante pelos reconhecimentos do clima organizacional recebidos pela Brasil Kirin. Destaque para: • Pelo terceiro ano consecutivo, a Companhia foi considerada uma das melhores empresas para trabalhar pela Revista Época -

Great Place to Work:

• A Companhia também foi reconhecida novamente pelo Guia Você S/A - Exame como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil.

Em 2016, a Empresa encerrou o ano com 5% de funcionários com algum tipo de deficiência em relação ao total de funcionários. E foi reconhecida como uma das Melhores Empresas para Trabalhadores com Deficiência, premiação criada em 2014 pela Secretaria de Estado dos Direitos da Pessoa com Deficiência de São Paulo, em parceria com a Fundação Instituto de Pesquisas.

SUSTENTABILIDADE E VALOR COMPARTILHADO

Ser sustentável e gerar valor compartilhado são algumas das prioridades estratégicas da Brasil Kirin para conduzir seus negócios. A cada dia e a cada novo projeto - seja na área corporativa, nos centros de distribuição ou na operação fabril - são analisados os possíveis impactos no curto, médio e no longo prazos.

A Brasil Kirin acredita em parcerias que tragam benefícios tanto para o negócio quanto para a sociedade. Consciente do seu papel, a Empresa investe e apoia em projetos alinhados à sua visão estratégica e que estejam de acordo com as necessidades locais.

Alguns exemplos deste trabalho foram a evolução do projeto de microdistribuidores, que encerrou 2016 com onze deles ativos, quase o dobro de empreendedores comparado a 2015, que atendem mais de mil pontos de venda em comunidades da periferia; O resultado desse e de outras iniciativas contribuiu para que, pelo quarto ano consecutivo, o Guia Exame de Sustentabilidade 2016 elegesse a Brasil Kirin como uma das empresas mais sustentáveis do Brasil, no maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país. Esse reconhecimento é fruto de diversas boas práticas estruturadas, atendendo aos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômica.

* A metodologia da SOSMA considera o plantio de 2.500 mudas para cada 10mil m² e um campo de futebol equivale a 7mil m².

E mesmo em um ano de altas taxas de desemprego no País, encerramos 2016 com um número maior de funcionários em comparação a 2015, principalmente devido ao projeto de internalização dos promotores do Autosserviço.

O resultado desse e de outras iniciativas contribuiu para que, pelo quarto ano consecutivo, o Guia Exame de Sustentabilidade 2016 elegesse a Brasil Kirin como uma das empresas mais sustentáveis do Brasil, no maior levantamento de sustentabilidade corporativa do país. Esse reconhecimento é fruto de diversas boas práticas estruturadas, atendendo aos três pilares da sustentabilidade: social, ambiental e econômica.

PERSPECTIVAS PARA 2017

A Heinen divulgou, em 13 de fevereiro, a intenção de compra da Brasil Kirin. O processo está em análise pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e, até que a decisão seja tomada, a Brasil Kirin continuará seguindo sua estratégia e concentrando esforços para entregar um resultado ainda mais positivo.

O cenário econômico do país dá sinais de melhora para 2017, com perspectivas de recuperação do emprego no segundo semestre, baixa da taxa de juros e entrada de investimentos externos, por exemplo. E tudo isso inspira confiança para o mercado de consumo.

Portanto, ainda que o segmento de bebidas continue indicando uma retração no consumo de cervejas e de refrigerantes, estamos otimistas com o desempenho da Brasil Kirin para este ano. Em 2016, seguindo a estratégia de marca e eficiência operacional, conseguimos crescer em volume e faturamento, em plena recessão da economia, o que nos fortalece ainda mais para os desafios que estão por vir.

Para 2017, a Brasil Kirin está confiante no seu plano de negócios e confirma suas prioridades visando a melhoria contínua do nosso desempenho. O trabalho de consolidação das marcas e sua posição como empresa de bebidas com amplo portfólio se mantêm para 2017. Continuaremos também com forte estratégia regional, ampliando a distribuição dos nossos produtos, fortalecendo a cadeia de vendas e focando a eficiência operacional.

Estamos investindo na área comercial e trabalhando intensamente para oferecer uma ótima execução no ponto de venda (PDV), visando ampliar o relacionamento da Empresa com os consumidores e alavancar o volume dos nossos produtos. Manteremos nossas parcerias relacionadas à sustentabilidade, prezando nossa governança na área, reforçando nosso compromisso com o consumo responsável de bebidas alcoólicas, criando valor compartilhado e contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico do País.

Para um 2017 bem-sucedido, contamos com o comprometimento e força dos nossos funcionários, distribuidores e parceiros para, cada vez mais, sermos uma empresa inovadora de bebidas que dão prazer e alegria aos nossos consumidores.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Receita	25	—	—	3.706.119	3.512.895
Custo dos produtos vendidos	26	—	—	(2.529.203)	(2.270.387)
Resultado bruto	—	—	—	1.176.916	1.242.508
Despesas gerais e administrativas	26	(1.405)	(1.844)	(1.172.545)	(931.782)
Despesas com vendas	26	—	—	(1.454.325)	(1.576.332)
Participações em sociedades controladas	15.b	225.009	(945.542)	—	—
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	47.600	(51.066)	1.042.025	294.953
Resultados antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos	—	271.204	(998.452)	352.071	(430.653)
Despesas financeiras	29	(167)	(6)	(580.852)	(303.383)
Receitas financeiras	29	66	—	195.705	291.681
Variações cambiais, líquidas	30	—	—	196.096	(204.781)
Resultado financeiro líquido	—	(101)	(6)	(189.051)	(216.483)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social					
Imposto de renda e contribuição social	—	271.103	(998.458)	163.020	(647.136)
Corrente	12.a	—	—	(641)	(3)
Diferido	12.a	—	—	109.010	(350.514)
Lucro (prejuízo) do exercício	—	271.103	(998.458)	271.389	(997.653)
Quantidade de ações emitidas e ponderada ao fim de cada exercício - Em milhares	—	185.278.687	185.278.687	—	—
Resultado por ação básica e diluído - R\$	—	0.0015	(0.0054)	—	—

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	27	271.103	(998.458)	271.389	(997.653)
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado	—	—	—	—	—
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças no valor justo	(34.653)	5.212	(34.653)	5.212	—
Resultado abrangente total	—	236.450	(993.246)	236.737	(992.441)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2016	2015	2016	2015
Fluxo de caixa das atividades operacionais	—	271.103	(998.458)	163.020	(647.136)
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social					
Ajustes de:	—	—	—	—	—
Depreciação e amortização	—	—	—	242.654	269.963
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos, contingências e depósitos judiciais	98	—	—	(212.439)	375.181
Instrumentos financeiros derivativos	—	—	—	344.436	(63.186)
Baixas provenientes de acordos contratuais e descontos concedidos (Reversão) provisão de impostos a pagar e a recuperar	—	—	—	(811)	4.602
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Reversão) provisão para abatimentos de clientes	—	—	—	30.297	50.756
Provisão para perdas em estoques	—	—	—	(18.363)	12.141
(Reversão) provisão para perdas no imobilizado (Reversão) provisão de outras contas a pagar	—	—	—	225	23.277
Provisão (reversão) para salários e encargos	—	—	—	(16.342)	24.750
Provisão para perdas em investimentos	(47.860)	54.689	(314.989)	86.139	—
Reversão de provisão para indenizações processuais	—	—	—	61.692	(19.150)
Perdas de indenizações processuais	—	—	—	—	190
Perdas na venda de ativo imobilizado	—	—	—	(8.548)	(12.929)
Perdas na venda de ativo imobilizado	—	—	—	53.828	45.525
Perdas na venda de ativo imobilizado	—	—	—	3.158	2.303
Perdas na venda de ativo imobilizado	—	—	—	(17.540)	(12.353)
Equivalência patrimonial	(225.009)	945.542	—	—	—
Impostos fiscais	—	—	—	(362.009)	(441.320)
Reversão de provisão para contingências	—	—	—	32.607	(6.816)
Perdas do ativo imobilizado	—	—	—	(42.401)	60.673
Resultado na venda de investimentos	—	—	—	—	(485.959)
Baixa de ágio nos investimentos	—	—	—	1.635	3.664
Total	—	(1.688)	1.773	(112.116)	274.462

Variações nos ativos e passivos

Estoque	—	—	108.117	(139.191)
Impostos e contribuições a recuperar	6	—	148.027	(127.082)
Demais contas a receber e despesas antecipadas	(59)	7	(26.340)	(19.080)
Depósitos judiciais	(15)	—	(61.291)	(86.160)
Fornecedores	694	5.055	(47.985)	59.663
Operações de risco sacado	—	—	(154.727)	319.711
Salários e encargos sociais	—	—	1.204	(833)
Impostos e contribuições a recolher	(2)	3	397.416	320.462
Demais contas a pagar	—	—	(6.822)	(55.854)
Caixa (aplicado) gerado nas operações	(1.044)	16	(298.158)	134.008
Juros pagos	(78)	—	(77.152)	(68.538)
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	—	—	(22)
Caixa líquido (aplicado) nas gerado pelas atividades operacionais	(1.122)	16	(375.310)	66.948
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições do ativo imobilizado	—	—	(208.202)	(146.130)
Aquisições do intangível	—	—	(6.422)	(62.416)
Aquisições de investimentos	—	—	—	(6.038)
Recebimento pela venda de ativo imobilizado	—	—	99.359	60.505
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	—	—	(115.265)	(154.079)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captações de mútuo	—	—	576.345	—
Captações de empréstimos e financiamentos	1.852	—	220.360	138.181
Amortizações de empréstimos e financiamentos	—	—	(228.082)	(126.840)
Caixa líquido proveniente de atividades de financiamentos	1.852	—	527.616	11.341
Aumento (diminuição) líquido de caixa e equivalente de caixa	730	16	37.041	(76.690)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	18	2	234.130	310.820
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	748	18	271.171	234.130

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Impostos que refleta as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de *forma pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. e. **Estoque**s: Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. Os custos dos estoques, incluindo os estoques de produtos em elaboração e produtos acabados são avaliados ao custo médio de aquisição ou de fabricação, reduzido de provisão para ajustá-los ao valor realizável, quando aplicável. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado para o curso normal dos negócios, deduzidos os custos de execução e as despesas de vendas. As importações em andamento são demonstradas ao custo acumulado de cada importação. f. **Ativos mantidos para venda**: Os ativos não correntes ou grupos (contendo ativos e passivos) mantidos para venda ou distribuição são classificados como mantidos para venda se for altamente provável que serão recuperados primariamente por meio de venda ao invés do seu uso contínuo. Os ativos, ou grupo de ativos, mantidos para venda, são geralmente mensurados pelo menor valor entre o grupo de valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Qualquer perda por redução ao valor recuperável sobre um grupo de ativos mantidos para venda é inicialmente alocada ao ágio, e, então, para os ativos e passivos remanescentes, sobre o base *pro rata*, exceto pelo fato de que nenhuma perda deve ser alocada aos estoques, ativos financeiros, ativos fiscais diferidos e benefícios a empregado, os quais continuam a ser mensurados conforme as outras políticas contábeis do Grupo. As perdas por redução ao valor recuperável apuradas na classificação inicial como mantidos para venda ou para distribuição e os ganhos e perdas de remensurações subsequentes, são reconhecidos no resultado. Uma vez classificados como mantidos para venda, ativos intangíveis e imobilizado não são mais amortizados ou depreciados, e qualquer investimento mensurado pelo método da equivalência patrimonial não é mais sujeito a aplicação do método. No ano de 2016 o Grupo apresentou saldo de ativos financeiros disponíveis para venda. g. **Imposto de renda e contribuição social**: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e considerando a existência de uma compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultarem: (i) do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável; e (ii) de diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. h. **Depósitos judiciais**: Os depósitos são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor de um correspondente passivo constituído quando for vinculado a tributo com exigibilidade suspensa e não houver possibilidade de resgate desses depósitos. l. **Investimentos em controladas: (i) Custo e/ou valor patrimonial**: Os investimentos em sociedades controladas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício na rubrica de "receitas (despesas) operacionais". Para efeitos do cálculo da equivalência patrimonial, ganhos ou transações a realizar entre o Grupo e suas controladas e equiparadas são eliminados na medida da participação do Grupo; perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando a participação do Grupo nas perdas acumuladas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na rubrica "provisão para perdas em controladas". j. **Imobilizado**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões de perdas. A reavaliação efetuada em 2007 foi considerada como custo histórico do imobilizado em 1º de janeiro de 2008, como facultado pelo artigo 6º da Lei 11.638/07. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluem no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos e materiais de acondicionamento e transporte não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios	35 a 50
Máquinas e equipamentos	10 a 20
Veículos	4 a 5
Móveis e utensílios	10
Outros componentes	3 a 10

Os materiais de acondicionamento e transporte são constantemente monitorados e suas baixas ocorrem por quebras e perdas e são apropriadas ao resultado ou ressarcidas por clientes quando praticável. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro da rubrica de "outras receitas operacionais, líquidas". No exercício de 2016 foi realizada a avaliação da vida útil de determinados ativos que resultou em algumas novas taxas que refletem a vida econômica de cada bem. Abaixo apresentamos os grupos de ativos que foram sujeitos a mudanças de vida útil devido a avaliação descrita anteriormente, sendo demonstrado pela média de vida útil aplicada na Brasil Kirin.

	2015	2016
Edifícios	39	40
Máquinas e equipamentos	13	17
Veículos	4	4
Móveis e utensílios	10	10
Outros componentes	8	8

k. **Ativos intangíveis: (i) Ágio**: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do ativo e passivo da controlada adquirida. Se a adquirente apurar, durante a aquisição, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional. (ii) **Software/licenças**: As licenças de *softwares* adquiridos são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os direitos e para a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando a participação do Grupo nas perdas acumuladas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na rubrica "provisão para perdas em controladas". j. **Imobilizado**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões de perdas. A reavaliação efetuada em 2007 foi considerada como custo histórico do imobilizado em 1º de janeiro de 2008, como facultado pelo artigo 6º da Lei 11.638/07. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluem no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos e materiais de acondicionamento e transporte não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edifícios	35 a 50
Máquinas e equipamentos	10 a 20
Veículos	4 a 5
Móveis e utensílios	10
Outros componentes	3 a 10

k. **Ativos intangíveis: (i) Ágio**: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do ativo e passivo da controlada adquirida. Se a adquirente apurar, durante a aquisição, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(ii) **Software/licenças**: As licenças de *softwares* adquiridos são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os direitos e para a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando a participação do Grupo nas perdas acumuladas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na rubrica "provisão para perdas em controladas". j. **Imobilizado**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões de perdas. A reavaliação efetuada em 2007 foi considerada como custo histórico do imobilizado em 1º de janeiro de 2008, como facultado pelo artigo 6º da Lei 11.638/07. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluem no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos e materiais de acondicionamento e transporte não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Softwares	5
Marcas, Patentes e Agio	Não amortizável
Desenvolvimento de Novos Produtos	4 anos e 10 meses
Direito de Exclusividade	4 a 7
Outros	Depende do contrato com o aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração

k. **Ativos intangíveis: (i) Ágio**: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do ativo e passivo da controlada adquirida. Se a adquirente apurar, durante a aquisição, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(ii) **Software/licenças**: As licenças de *softwares* adquiridos são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os direitos e para a transação forneça evidências de perda permanente (*impairment*) do ativo transferido. Quando a participação do Grupo nas perdas acumuladas das controladas iguala ou ultrapassa o valor do investimento, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha assumido obrigações ou feito pagamentos em nome dessas sociedades. Nestes casos, a participação nas perdas acumuladas é registrada na rubrica "provisão para perdas em controladas". j. **Imobilizado**: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e provisões de perdas. A reavaliação efetuada em 2007 foi considerada como custo histórico do imobilizado em 1º de janeiro de 2008, como facultado pelo artigo 6º da Lei 11.638/07. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes não incluem no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos e materiais de acondicionamento e transporte não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

Plano de Suplementação da Aposentadoria: O Grupo Brasil Kirin disponibiliza para seus colaboradores um plano de previdência privada de contribuição definida (Itaú Previdência), com o objetivo de complementar a previdência oficial, sendo a característica principal deste plano promover um benefício de renda complementar a seus colaboradores. Para o exercício de 2016, o montante contribuído pelo Grupo Brasil Kirin soma R\$ 10.272 (R\$ 10.264 em 2015). Não ato a aposentadoria, o participante do Grupo Brasil Kirin poderá optar pelo benefício da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação do Grupo Brasil Kirin (até o limite de 6,5% do salário) e dos colaboradores.

p. Subvenções para investimentos: As subvenções

k. **Ativos intangíveis: (i) Ágio**: O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do ativo e passivo da controlada adquirida. Se a adquirente apurar, durante a aquisição, deverá registrar o montante como ganho no resultado do período, na data da aquisição. O ágio é testado anualmente para verificar perdas (*impairment*). Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*. Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida. O ágio é alocado a Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as Unidades Geradoras de Caixa ou para os grupos de Unidades Geradoras de Caixa que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou, e são identificadas de acordo com o segmento operacional.

(iii) **Outros ativos intangíveis**: Os custos com a aquisição de patentes, marcas comerciais, licenças e direitos de exploração são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis. l. **Fornecedores**: Os fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. m. **Provisões**: As provisões para ações judiciais (tributária, trabalhista e cível) são necessárias quando o Grupo tem uma obrigação presente com resultado de evento formalizado com reassento, é provável que uma saída de recursos seja necessária para a efetivação da obrigação, e o valor tiver sido estimado com segurança. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. n. **Benefícios a empregados**: O Grupo tem planos de contribuição definida, no qual são efetuadas contribuições fixas a uma entidade separada e não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições se o fundo não tiver ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com o serviço do empregado no período corrente e anterior. O Grupo faz contribuições para planos de seguro de longo prazo e de planos de forma obrigatória, os quais são reconhecidos como despesa financeira. O Grupo não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas.

o. **Plano de suplementação de aposentadoria**: O Grupo Brasil Kirin disponibiliza para seus colaboradores um plano de previdência privada de contribuição definida (Direto Previdência), com o objetivo de complementar a previdência oficial, sendo a característica do plano promover um benefício de renda complementar a seus colaboradores. Para o exercício de 2016, o montante contribuído pelo Grupo Brasil Kirin soma R\$ 10.272 (R\$ 10.264 em 2015). No ato da aposentadoria, o participante do Grupo Brasil Kirin poderá optar pelo benefício da aposentadoria ou pelo resgate do saldo alcançado na composição do seu fundo. O plano tem participação do Grupo Brasil Kirin (até o limite de 6,5% do salário) e dos colaboradores. p. **Subvenções para investimentos**: As subvenções governamentais são reconhecidas no resultado de despesas que pretendem compensar os custos de desenvolvimento de novos produtos e bases sistêmicas, nos termos do CPC 07. (i) **Benefícios fiscais por financiamentos**: Determinadas controladas possuem benefícios fiscais relacionados a financiamentos, com taxas subsidiadas, de parte do ICMS devido em suas operações. Possuem também benefícios decorrentes de redução do valor financiado, a depender do atendimento de certas condições previstas nos atos concessórios dos referidos benefícios, os quais vêm sendo cumpridos pelo Grupo. De modo a reconhecer a essência dos benefícios fiscais por financiamentos, foi efetuado o ajuste a valor presente das parcelas financeiras visando refletir o ganho decorrente da diferença entre as taxas obtidas pelo Grupo em suas aplicações financeiras e as taxas de juros aplicáveis aos financiamentos. A subvenção relativa aos impostos apurados, equivalente ao ajuste a valor presente, é registrada diretamente no resultado do exercício na rubrica de "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas". (ii) **Benefícios fiscais por crédito presumido**: O registro das subvenções é realizado diretamente no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", em regime de competência, na data em que a receita é ganha, ou seja, no momento em que as condições para que os benefícios sejam recebidos estejam integralmente sob o controle da Administração. Tais condições incluem, principalmente, a manutenção de certos níveis de emprego, produção e de investimentos, bem como, adimplimento de obrigações fiscais. Essas condições vêm sendo adequadamente cumpridas. (iii) **Lucro da exploração**: Determinadas controladas possuem ainda benefício de redução do imposto de renda apurado em área incremental de acordo com o lucro da exploração da atividade incentivada. Essa redução tributária é apresentada como redutora do imposto total apurado no período, antes da referida subvenção. (iv) **Registro de reserva de incentivos fiscais**: A parcela remanescente do lucro líquido apurado no exercício, após as deduções legais, e que decorre dos benefícios fiscais descritos anteriormente, é designada para formação de "Reserva de incentivos fiscais". De acordo com os termos do artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, o **Reconhecimento de receita**: A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas pelo Grupo. O reconhecimento da receita ocorre quando o valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrito a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. (i) **Venda de produtos**: A receita operacional é reconhecida quando: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o cliente; (ii) o reconhecimento dos benefícios financeiros fluirão para o Grupo; (iii) os custos dos produtos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. Os produtos são frequentemente vendidos com descontos por volume. As vendas são registradas com base no preço especificado nas tabelas de preço acordadas com os clientes. Os descontos e abatimentos de preços por volume ou negociações comerciais são deduzidos da receita. As vendas são realizadas com prazo médio de pagamento entre 14 e 36 dias, que não têm caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado; portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. (ii) **Receita financeira**: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método das partes. (iii) **Impairment** é identificada quando há uma conta a receber, sendo esta uma Confissão de Dívida, o Grupo redu o valor contábil para o valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber. (iii) **Dividendos**: A receita de dividendos é reconhecida no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. r. **Novas normas e interpretações ainda não efetivas**: Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão novas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada. • **Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26)**: As alterações requerem divulgações adicionais para classificar os arranjos de financiamento e avaliar os impactos das demonstrações financeiras decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quando outras mudanças. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. Para atender os novos requerimentos de divulgação, o Grupo pretende apresentar uma reconciliação entre os saldos de abertura e fechamento de passivos com mudanças decorrentes de atividades de financiamento. • **Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32)**: As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo. As alterações são efetivas para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017. O Grupo está avaliando o potencial impacto em seus demonstrações financeiras. Além ágora, o Grupo não possui impacto significativo. • **CPC 47**: Recatos de Contas com Clientes. O CPC 47 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e como a receita é mensurada, substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30: Receitas, CPC 17 Contratos de Construção e a CPC 30 Programas de Fidelidade com o Cliente. O CPC 47 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O Grupo ainda não concluiu a avaliação inicial do potencial impacto da adoção do CPC 47 em suas demonstrações financeiras. • **CPC 48** Instrumentos Financeiros: O CPC 48 substitui as orientações existentes no CPC 38 (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). O CPC 48 inclui 9 novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de *hedge*. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2018. O impacto efetivo da adoção do CPC 48 nas demonstrações financeiras do Grupo em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que o Grupo detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que o Grupo fará no futuro. A nova norma exigirá que o Grupo revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e essas alterações ainda não estão finalizadas. o. **IFRS 16 Leases (Arrendamentos)**: A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece a sua obrigação de usar o direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Utilizações opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade de arrendamento permanece semelhante à atual, isto é, os arrendamentos continuam a ser classificados em arrendamentos em financiamentos ou operacionais. A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. • **Outras alterações**: Não se espera que as seguintes novas normas ou normas alteradas possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo: • **Alterações ao CPC 10**: Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações. • **Alterações ao CPC 36** Demonstrações Consolidadas e o CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração no pronunciamento vigentes correspondente a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora	Consolidado
	2016	2015
Caixa e bancos	748	18
Certificado de depósito bancário - CDB	—	124.335
Operações compromissadas com debêntures	—	109.145
	748	18
	211.171	234.130

Todas as aplicações financeiras contratadas são de renda fixa (CDB e Compromissadas com lastro em debêntures), com remuneração média de 101% do CDI (2015: 101%) e com liquidez diária.

8. Contas a Receber

	2016	2015
a. Composição do saldo :		
Clientes nacionais	846.530	709.064
Cheques a depositar	1.585	609
Clientes estrangeiros	561	416
Ajuste a valor presente de clientes (i)	(16.806)	(5.123)
Provisão para créditos de realização duvidosa	(121.142)	(109.208)
Contas a receber, líquidas	710.728	595.756
Circulante	705.721	544.138
Non Circulante	5.007	51.620
(i) Realizamos o ajuste a valor presente nos saldos das contas a receber sobre confissões de dívida, no qual sua classificação se encontra no longo prazo. Esses recebíveis foram ajustados ao seu valor justo por meio do valor presente do fluxo de caixa descontado. A natureza do fluxo de caixa é contratual e o método de alocação adotado é a abordagem corrente. O ajuste a valor presente desse contas a receber foi descontado com base na taxa SELIC. O Grupo possui uma Política de Crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais, compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos. A determinação do limite ocorre por meio da análise de crédito interna, utilizando-se de práticas de mercado e da obtenção de garantias reais. Os valores a receber de clientes estão reduzidos, mediante provisão e ajuste a valor presente, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída com base nos seguintes critérios: (a) Duplicatas vencidas há mais de 90 dias; e (b) Análise econômica crítica da carteira de clientes e de títulos vencidos. Com base nos critérios e análises descritas acima, a Administração avalia e provisiona o montante considerado suficiente para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.		
b. Idade do saldo de contas a receber de clientes :		
	Consolidado	
	2016	2015

A vencer	689.706	634.922
Vencidos até 90 dias	68.791	42.786
Vencidos há mais de 90 dias	90.178	32.381
	848.676	710.089

	Consolidado
	2016
c. Movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de contas a receber	
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(46.311)
Constituições, líquidas das reversões	(80.470)
Baixas	17.573
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(109.208)
Constituições, líquidas das reversões	(20.527)
Baixas	8.593
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(121.142)

	2016	2015
Venda de investimentos - Macacu (Nota 15c)	433.141	—
Outros	54.352	61.173
Demais contas a receber, líquidas	487.493	61.173
Circulante	350.724	22.995
Non Circulante	96.769	38.174

9. Estoques

	Consolidado
	2016
a. Composição do saldo :	
Produtos acabados	136.666
Materiais-primas	90.424
Almoxarifado	83.974
Materiais de embalagem	49.799
Produtos semi-acabados	31.579
Outros	7.884
Material de propaganda e promoção	5.911
	406.237

Em 2016, as matérias-primas, os materiais de consumo e as alterações nos estoques de produtos em elaboração e produtos acabados incluídos no "Custo dos produtos vendidos" totalizaram R\$ 1.871.084 (R\$ 1.598.178 em 2015).

b. **Movimentações na provisão para perdas de estoques**:

	Consolidado
	2016
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(31.853)
Constituições, líquidas das reversões	(14.933)
Baixas	24.274
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(22.562)
Constituições, líquidas das reversões	(15.123)
Baixas	24.442
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(13.243)

As provisões para perdas dos estoques tem os seguintes critérios: • São considerados para a provisão de estoques obsoletos todo o estoque de insumos, componentes, ativos e produtos que não possam mais ser usados no curso normal da produção, manuseio e vendas por estarem danificados, fora de especificações, *layout* descontinuados, produtos acabados que não podem ser disponibilizados para vendas em razão da qualidade, avarias, *viencimento* entre outros. • São considerados para a provisão de giro

c. **Movimentação dos saldos de impostos diferidos (iii)**

	2014	
	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
Imobilizado	6.928	—
Derivativos	12.573	(3.209)
Tributos com exigibilidade suspensa	68.984	—
Estoques	13.400	—
Ajuste a valor presente	—	(86.982)
Reavaliação/ Deemed Cost	—	(298.819)
Amortização de Ágio	17.356	(15.484)
Provisões	104.318	—
Outros itens	37.273	(2.200)
Prejuízo fiscal a compensar	115.461	—
Provisão para contingências IRPJ e CSLL	—	—
Imposto de renda e contribuição social incluída no PRORELIT	—	—
Prejuízo fiscal reconhecidos e utilizados no PRORELIT	—	—
Impostos ativos (passivos) antes da compensação	376.293	(406.694)
Compensação de imposto	(316.680)	316.680
Imposto líquido ativo (passivo)	59.613	(90.014)

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Movimentação da depreciação acumulada:

	Máquinas e equipamentos			Material de acondicionamento e transporte			Imobilizado		
	Terrenos	Edifícios	Outros	Terrenos	Edifícios	Outros	Terrenos	Edifícios	Outros
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(100.180)	(680.232)	(162)	(162)	(301.050)	(1.081.624)			
Alienação	914	30.050	27.753	—	—	58.717			
Transferências	(270)	57	(4)	—	5.024	4.807			
Depreciação	(24.696)	(142.785)	(29.975)	—	(29.975)	(247.455)			
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(124.232)	(792.910)	(166)	(166)	(348.248)	(1.265.556)			
	Máquinas e equipamentos			Material de acondicionamento e transporte			Imobilizado		
	Terrenos	Edifícios	Outros	Terrenos	Edifícios	Outros	Terrenos	Edifícios	Outros
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(124.232)	(792.910)	(166)	(166)	(348.248)	(1.265.556)			
Alienação (i)	16.109	138.712	62.552	—	—	213.573			
Transferências	112	16	(1.255)	—	—	(1.127)			
Depreciação	(23.693)	(101.287)	(83.688)	—	—	(208.058)			
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(131.094)	(755.469)	(166)	(166)	(370.639)	(1.257.368)			

(i) O montante inclui a alienação da fábrica de Cachoeiras de Macacu - RJ, Nota 15c.

d. Bens dados em garantia: Em razão de empréstimos e financiamentos bancários/incentivo fiscal assumidos pelo Grupo e suas controladas, em 31 de dezembro de 2016, existem bens móveis e imóveis no montante R\$ 1.290.410 (R\$ 1.640.670 em 2015), que foram conferidos como garantias de empréstimos e financiamentos bancários/incentivo fiscal. Tal restrição não está impactando o uso desses bens e as operações do Grupo. **e. Teste de recuperabilidade dos ativos:** No exercício de 2016 a Administração efetuou testes de recuperabilidade dos ativos do Grupo. Após agrupar seus ativos em unidades geradoras de caixa, tais testes foram executados por meio de projeções de fluxo de caixa descontado, levando-se em consideração a perpetuidade do negócio e renovações de contratos. Para as projeções de fluxo de caixa descontado foram adotadas as seguintes premissas: **a.** A taxa de desconto utilizada foi de 5,08% a.a. Esta taxa representa o custo de capital por meio da média dos custos de capital ponderados pela participação de cada fonte de fundos na estrutura de capital a longo prazo. **b.** O ano-base utilizado no modelo de projeção foi baseado na melhor estimativa da Administração com relação ao fluxo de caixa no ano corrente. **c.** Para a projeção foi utilizado o ano-base com a análise de crescimento de mercado efetuada por empresas especializadas utilizando fontes externas e internas, como a participação de mercado, receitas, custos fixos e variáveis, volumes entre outras. **d.** A metodologia adotada está de acordo com os requisitos estabelecidos no Pronunciamento CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos e a Administração entende que seus julgamentos, premissas e estimativas são apropriados. **e.** Para a realização das projeções foi considerada a capacidade produtiva atual das UG's. A comparação do valor contábil dos ativos com o seu valor em uso, indicou suficiente de geração de caixa para suportar os ativos registrados e, portanto, foi concluído que não há a necessidade de qualquer ajuste em relação ao seu valor de recuperação. **f. Outras informações:** A depreciação do imobilizado do exercício de 2016 alocada ao custo dos produtos vendidos totaliza R\$124.912 (R\$ 172.209 em 2015) e às despesas, R\$ 83.146 (R\$ 75.247 em 2015).

17. Intangível

a. Movimentação do intangível:

	Desenvolvimento de novos produtos			Marcas e patentes			Software/licenças			Outros intangíveis		
	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.531	16.915	17.001	17.001	97.412	1.827	134.586					
Aquisição	3.764	—	4.135	3.664	212.305	233.868	—	—	—	—	—	—
Alienação	(2.167)	—	—	(3.664)	—	(5.831)	—	—	—	—	—	—
Transferências	1.786	—	1.419	—	—	3.205	—	—	—	—	—	—
Amortização	(62)	—	(5.704)	—	(18.511)	(24.277)	—	—	—	—	—	—
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.852	16.915	16.851	97.412	195.621	331.651						
Custo total	4.980	16.922	86.934	97.412	214.454	420.702						
Amortização acumulada	(128)	(7)	(70.083)	—	(18.833)	(89.051)						
Valor residual	4.852	16.915	16.851	97.412	195.621	331.651						
Taxas anuais de amortização - %	1%	—	7%	—	9%	14%						
	Desenvolvimento de novos produtos			Marcas e patentes			Software/licenças			Outros intangíveis		
	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.852	16.915	16.851	97.412	195.621	331.651						
Aquisição	—	—	5.648	—	3.290	8.938						
Alienação	—	—	(36)	(1.635)	(2.149)	(3.820)						
Transferências	—	—	4.551	—	322	4.873						
Amortização	(62)	—	(6.480)	—	(30.244)	(36.786)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.790	16.915	20.534	95.777	166.840	304.856						
Custo total	4.980	16.922	86.934	97.412	214.454	420.702						
Amortização acumulada	(190)	(7)	(76.204)	—	(49.077)	(125.478)						
Valor residual	4.790	16.915	20.534	95.777	166.840	304.856						
Taxas anuais de amortização - %	1%	—	7%	—	9%	14%						

b. Movimentação do custo do intangível:

	Desenvolvimento de novos produtos			Marcas e patentes			Software/licenças			Outros intangíveis		
	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes
Saldo em 1º de janeiro de 2015	1.597	16.922	18.380	97.412	2.149	198.460						
Aquisição	3.764	—	4.135	3.664	212.305	233.868						
Alienação	(2.167)	—	—	(3.664)	—	(5.831)						
Transferências	1.786	—	1.419	—	—	3.205						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	4.980	16.922	86.934	97.412	214.454	420.702						
	Desenvolvimento de novos produtos			Marcas e patentes			Software/licenças			Outros intangíveis		
	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes
Saldo em 1º de janeiro de 2016	4.980	16.922	86.934	97.412	214.454	420.702						
Aquisição	—	—	5.648	—	3.290	8.938						
Alienação	—	—	(395)	(1.635)	(2.149)	(4.793)						
Transferências	—	—	4.551	—	322	4.873						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	4.980	16.922	96.738	95.777	215.917	430.334						

c. Movimentação da amortização acumulada:

	Desenvolvimento de novos produtos			Marcas e patentes			Software/licenças			Outros intangíveis		
	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes
Saldo em 1º de janeiro de 2015	(66)	(7)	(64.379)	—	(322)	(64.774)						
Amortização	(62)	—	(5.704)	—	(18.511)	(24.277)						
Saldo em 31 de dezembro de 2015	(128)	(7)	(70.083)	—	(18.833)	(89.051)						
	Desenvolvimento de novos produtos			Marcas e patentes			Software/licenças			Outros intangíveis		
	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes	patentes
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(128)	(7)	(70.083)	—	(18.833)	(89.051)						
Amortização	(62)	—	(6.480)	—	(30.244)	(36.786)						
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(190)	(7)	(76.204)	—	(49.077)	(125.478)						

d. Outras informações relevantes sobre os intangíveis: Os principais ativos existentes no Grupo referem-se às aquisições listadas abaixo. Os mesmos foram baseados em expectativa de rentabilidade futura, conforme previsto na OPC 02, a partir de 1º de janeiro de 2009 deixaram de ser amortizados e sua recuperabilidade passou a ser testada periodicamente conforme determinado no CPC 01. **i.** R\$ 13,132 refere-se à compra da Cervejaria Sudbrack, em abril de 2008, a qual é detentora da marca Eisenbahn. **j.** R\$ 27,618 refere-se à compra da empresa Indústria de Bebidas Igarassu Ltda. **k.** R\$ 31,608 refere-se à compra da Cervejaria Baden Baden, em 2006. Os ativos mencionados acima estão registrados nas controladas do Grupo Brasil Kirin. O montante de R\$ 212.305 referente à aquisição de outros intangíveis em 2015 trata-se de direito de distribuição.

18. Fornecedores

	Controladora			Consolidado		
	2016	2015	2015	2016	2015	2015
Nacionais	—	—	382.540	177.893	—	—
Do exterior	—	—	48.364	106.224	—	—
Fornecedores partes relacionadas (ii)	9.983	9.290	781	802	—	—
Ajuste a valor presente de contas a pagar	—	—	(1.829)	(4.668)	—	—
	9.983	9.290	428.856	480.251		

Circulante 9.983 9.290 10.163 26.554
Não Circulante — — — —
(i) O saldo de R\$ 781 (R\$ 802 em 2015) de "Fornecedores - partes relacionadas" refere-se a transações com a Azuma Kirin Indústria e Comércio de Bebidas e Alimentos Ltda. no montante de R\$ 242 (R\$ 267 em 2015), Kirin Holdings Company, Ltd. no montante de R\$ 335 (R\$ 335 em 2015) e Kirin CO Ltd. no montante de R\$ 4, pertencentes ao mesmo grupo econômico da Kirin Holding Japan. A informação sobre a exposição do Grupo para os riscos de mercado relacionados a fornecedores no exterior encontram-se divulgadas na nota explicativa 23 (c).

19. Operações de risco sacado

O Grupo manteve contrato com o Banco Itaú BBA S.A. dando continuidade às operações com seus fornecedores denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas ao Grupo para o Banco, que, por sua vez, passará a ser credor da operação. Em 2016 o Grupo encerrou o ano com o saldo de R\$ 166.257 (R\$ 320.984 em 2015).

20. Empréstimos e financiamentos

	Encargos financeiros médios anuais - % a.a.			2016			2015		
	2016	2015	2015	2016	2015	2015	2016	2015	2015
Nacionais	11,63%	235,987	328.529	—	—	—	—	—	—
BNDES	6,04%	242.698	265.408	—	—	—	—	—	—
FINAME	7,91%	172.596	158.163	—	—	—	—	—	—
FNE	12,50%	1.872	—	—	—	—	—	—	—
FINPE	IPCA + 5%/2%	187.532	198.286	—	—	—	—	—	—
FUNDOPEM RS (ICMS)	50% TJLP	—	99.165	—	—	—	—	—	—
DESEMBAHIA	3,00%	—	425.866	—	—	—	—	—	—
Financiamento - CODIM	SELIC	1.293	4.831	—	—	—	—	—	—
Financiamento Benevides - ICMS	100% TJLP	27.708	12.165	—	—	—	—	—	—
ICMS Ceará	(14,79%)	(10.340)	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste a valor presente - FUNDOPEM	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste a valor presente - DESEMBAHIA	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste a valor presente - CODIM	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Ajuste a valor presente - ICMS Ceará	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Moeda estrangeira									
Kirin Holding CO - nota 13	100,00% LIBORJPY03 + 0,80	1.050.880	649.539	—	—	—	—	—	—
FINIMP	3,49%	68.143	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimo 4.131	1,28%	92.264	—	—	—	—	—	—	—
Empréstimo 4.131	1,81%	—	96.884	—	—	—	—	—	—
			2.060.088	2.077.205					
Circulante			1.418.000	1.033.865					
Não circulante			642.088	1.043.340					
O ajuste a valor presente mencionado nesta nota é calculado levando em consideração as taxas e prazos subsidiados como determinado nos termos das controladas que possuem o benefício e retornado com taxas que refletem o mercado e/ou taxas de retorno interno. O Grupo monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e não possui cláusulas restritivas de cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos e financiamentos.									
Os montantes classificados no não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento, incluindo as correções financeiras futuras e abatendo os rebates futuros sobre os financiamentos de incentivos fiscais:									
Ano	2016			2016			2015		
	Desconto	Rebate	Liquido	Desconto	Rebate	Liquido	Desconto	Rebate	Liquido
2018	178.109	27.079	151.030	—	—	—	—	—	—
2019	186.420	29.382	157.038	—	—	—	—	—	—
2020	157.319	14.414	142.904	—	—	—	—	—	—
2021	71.683	9.864	61.819	—	—	—	—	—	—
2022	198.149	16.141	182.008	—	—	—	—	—	—
	791.680	96.880	694.800						

Linhas de crédito: Em dezembro de 2014, a Indústria de Bebidas Igarassu Ltda., assinou contrato de abertura de crédito com o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) no montante total de R\$ 191.934 para a ampliação de suas instalações. Ocorreram liberações de recursos relativos à empresa Indústria de Bebidas Igarassu Ltda., totalizando até 31 de dezembro de 2016 o montante de R\$ 172.304.

21. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2016	2015	2016	2015
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	—	—	14.559	9.225
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	—	—	255.790	192.662
Programa de Integração Social - PIS	—	—	7.091	1.715
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	—	—	32.511	7.753
Provisão de impostos sobre estoques obsoletos (ICMS, IPI, PIS e COFINS)	—	—	508	3.320
Dúvidas	8	10	2.738	4.001
Circulante	8	10	313.597	218.676

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas **Brasil Kirin Holding S.A.** Itu - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brasil Kirin Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Brasil Kirin Holding S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase:** Chamamos a atenção para a Nota Explicativa 32 às demonstrações financeiras, que descreve a transferência de todas as ações da Brasil Kirin Holding S.A. para a Bavaria, uma empresa do Grupo Heineken. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras

individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP014428/O-6

João Paulo A. Pacheco Neves

Contador CRC 1SP222303/O-4

São Paulo, 13 de março de 2017

Catalina Satie Shikibu

Contadora CRC 1SP218752/O-4